DIÁRIO DO GRANDE ABC

Publicado em 05/01/2022 - 07:20

Estado quer vacinar crianças contra a Covid nas escolas

Estado quer vacinar crianças contra a Covid nas escolas

Alunos na faixa etária entre 5 e 11 anos serão imunizados mediante autorização dos pais, diz secretário de Educação

O secretário de Educação do Estado de São Paulo, Rossieli Soares, quer vacinar as crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19 dentro das escolas públicas em parceria com os municípios, mediante autorização dos pais. Soares afirmou que pretende incentivar também a vacinação das crianças dentro das instituições de ensino particulares.

Em entrevista à Rádio Eldorado, ontem, Rossieli disse que a escola tem papel fundamental de conscientização e que "vacinar dentro da unidade é um grande exemplo".

"Nós reorganizamos o nosso início do calendário letivo para que os primeiros dias sejam de trabalho da escola, trabalhando com os próprios alunos a importância da vacinação e com as famílias", disse Rossieli.

Para o presidente da Abepar (Associação Brasileira das Escolas Particulares), Arthur Fonseca Filho, o incentivo do governo estadual para a realização da vacinação das crianças dentro da rede particular é muito bem-vindo. "Somos favoráveis que as escolas privadas realizem a vacinação das crianças. É conveniente que todas as crianças se vacinem", afirmou Filho.

Segundo Rossieli, as escolas estaduais de São Paulo passarão a pedir a carteira de vacinação contra a Covid após o início da campanha para crianças de 5 a 11 anos, mas não vão proibir o acesso às aulas de quem não apresentar o documento. "A carteira de vacinação já é exigida na matrícula. Vamos solicitar, sim, no momento devido. Mas não vamos proibir o aluno de ir à escola", afirmou.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

SEGURAS. Rossieli Soares pede aos pais que não acreditem em notícias falsas sobre os imunizantes

PEDIDO AOS PAIS

Rossieli criticou a demora do Ministério da Saúde em adquirir com a Pfizer as doses pediátricas e pediu aos pais que não acreditem em notícias falsas. "A vacina é segura", ressaltou Rossieli.

Na manhã de ontem, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que os pais poderão levar seus filhos para se vacinarem contra a Covid-19 "se assim desejarem". A pasta realiza uma audiência pública sobre o tema e prevê divulgar o formato da campanha de imunização para esse público hoje. Queiroga disse ainda que a "vacinação não tem relação com aula".

"Nós teremos as doses, como todos já sabem, e os pais podem, livremente, dentro do que o Ministério da Saúde estabelece e que espero que seja seguido por Estados e municípios, levarem seus filhos para vacinação se assim desejarem", disse Queiroga.

As escolas estaduais paulistas abriram ontem período de recuperação que vai atender alunos até 21 de janeiro. O início do ano letivo está marcado para 2 de fevereiro e, de acordo com o secretário, não será condicionado à vacinação para não prejudicar os alunos. Nas particulares as aulas devem começar em 31 de janeiro.

O Brasil deve receber 3,7 milhões de vacinas infantis da Pfizer contra a Covid-19 ainda neste mês. Até o fim do primeiro trimestre, 20 milhões de doses chegarão ao País, no total, de acordo com fontes do governo.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o Brasil tem 20,5 milhões de crianças entre 5 e 11 anos, ou seja, haveria como aplicar a primeira dose em toda essa faixa etária até março. Já a quantidade a ser recebida em janeiro seria suficiente para imunizar, por exemplo, todas as crianças de 11 anos (2,8 milhões, segundo o instituto).

(do Estadão Conteúdo)

Maioria é contra obrigatoriedade de prescrição médica

A maioria das pessoas que participaram da consulta pública sobre vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19 é contrária à obrigatoriedade de prescrição médica para imunização. A informação foi divulgada pela secretária extraordinária de enfrentamento à Covid-19, Rosana Leite de Melo, ontem, durante audiência pública sobre o tema.

"Tivemos 99.309 pessoas que participaram neste curto intervalo de tempo cujo documento esteve para consulta pública. Sendo que a maioria se mostrou concordante com a não compulsoriedade da vacinação e a priorização das crianças com comorbidades. A maioria foi contra a obrigatoriedade de prescrição médica no ato de vacinação", disse a secretária.

CARTA DE NATAL

Em dezembro, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que o governo vacinaria as crianças apenas mediante prescrição médica. Após a fala, o Conass (Conselho Nacional de Secretarias de Saúde) divulgou uma "carta de Natal às crianças do Brasil", na qual confirmou que nenhum Estado exigiria o documento.

A decisão do Conass foi alvo de críticas de Queiroga. Na ocasião, o ministro afirmou que os Estados deveriam se manifestar na consulta pública. "Governadores falam em prescrição, prefeitos falam em prescrição. Não tem uma prescrição", disse. "Pelo que eu saiba, a grande maioria deles não é médico."

A consulta pública para manifestação da sociedade civil sobre a imunização das crianças foi criticada por especialistas e terminou no domingo. Na última sexta-feira, o Ministério da Saúde informou, em nota divulgada à imprensa, que sua recomendação é "pela inclusão da vacinação em crianças de 5 a 11 anos no Plano Nacional de Operacionalização das Vacinas Contra a Covid-19".

"No dia 5 de janeiro (hoje), após ouvir a sociedade, a pasta formalizará sua decisão e, mantida a recomendação, a imunização desta faixa etária deve iniciar ainda em janeiro", informou a pasta.

Iniciada por volta das 10h15, a audiência pública não contou com a participação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que autorizou a aplicação da vacina da Pfizer nas crianças em 16 de dezembro. A agência foi convidada, mas decidiu não participar.

(do Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.